



## ARTIGOS

# Em briga de Marido e Mulher a Educação Mete a Colher

A Atuação do Profissional de Pedagogia no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Lana Claudia Macedo da SILVA, *Universidade do Estado do Pará*

Ana Daniele Mendes CARRERA, *Universidade do Estado do Pará*

---

O estudo objetiva investigar as ações educativas desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) em Situação de Violência, bem como, compreender o trabalho exercido pela profissional de pedagogia no combate à violência contra a mulher. O CRAM faz parte da rede de enfrentamento de políticas para mulheres, instituído a partir da Conferência de Belém do Pará (1994) e efetivado em 2006, com a criação da Lei Maria da Penha. Este Centro é responsável por realizar ações psicossociais e pedagógicas, sendo um novo campo de atuação em ambientes não escolares para os profissionais da pedagogia. É importante considerar que o CRAM-Ananindeua atende mulheres e crianças de faixas etárias diversas, grau de escolaridade e diferentes níveis socioeconômicos. A pesquisa qualitativa pautou esta investigação por meio de entrevista semiestruturada e observação, buscando conhecer os atendimentos realizados e as práticas educativas abordadas. Essas informações foram cruciais para perceber que há outra possibilidade de intervir em relação à violência contra mulher, e o profissional da pedagogia é essencial nas diversas redes de apoio. No percurso deste estudo foi possível conhecer de maneira abrangente a atuação do profissional de pedagogia nesta instituição, e a relevância da educação ao se falar de violência contra a mulher. O CRAM trabalha a desconstrução da naturalização da violência e o empoderamento das mulheres em situação de violência. Considera-se que a educação representa um dos aspectos cruciais para a mudança de comportamento e adoção de medidas para a redução de casos de violência, uma vez que a cultura machista e a sociedade intolerante contribuem para os altos índices de casos e vítimas, daí a relevância do tema em diferentes espaços educativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Violência contra a Mulher. Pedagogia.

---



## Introdução

O presente artigo objetiva investigar as ações educativas, planejadas e desenvolvidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) em Situação de Violência, assim como, compreender como a educação, por meio do trabalho exercido pelo profissional da pedagogia, pode auxiliar no combate à violência contra a mulher na sociedade brasileira. Desse modo, a investigação parte da seguinte problemática: Qual a relevância da educação e do profissional de pedagogia no combate aos altos índices de violência contra a mulher por meio de um órgão de enfrentamento?

Nesta investigação, adotou-se a abordagem qualitativa da pesquisa, considerando a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, aprofundando-se no significado das ações e relações humanas, conforme Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (1994, p. 21-22).

A abordagem apresentada, neste estudo, favoreceu o aprofundamento teórico e prático, além da discussão e do conhecimento desta realidade. Por meio da pesquisa de campo, buscou-se também divulgar este espaço de atendimento às mulheres em situação de violência, bem como, o trabalho integrado e desenvolvido pelos profissionais de pedagogia.

O tipo de pesquisa trabalhada foi o Estudo de Caso, pois, segundo Gil (2008, p. 57) “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. O Estudo de Caso apresenta um recorte de uma situação, oferecendo descrições, interpretações e explicações, com o objetivo de aprofundar o conhecimento de uma determinada realidade.

Para melhor subsidiar este tipo de estudo, foram utilizadas as técnicas da observação e entrevista semiestruturada, por proporcionar melhor a compreensão sobre o assunto estudado e as ações educativas desenvolvidas. O *Locus* pesquisado foi o Centro de Referência de



Atendimento à Mulher (CRAM) em Situação de violência, localizado no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém (RMB). O CRAM é fundamental no enfrentamento à violência doméstica e familiar, e constitui o único Centro de Referência atuante na RMB, com um profissional da educação trabalhando diariamente. A entrevista foi direcionada especificamente à pedagoga.

## **Educação ou Educações: reflexões acerca da Pedagogia**

Um dos fenômenos mais significativos da sociedade atual consiste nas “várias educações” existentes, além da diversidade de atividades educativas e ações pedagógicas em diferentes esferas da prática social, ampliando a produção e disseminação de saberes. Para Brandão (2007), a educação é todo o conhecimento adquirido com a vivência em sociedade, seja ela qual for e onde for:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, 2007.p. 7).

Entende-se por educação, não somente no sentido institucionalizado e estrutura escolar, mas no sentido amplo, isto é, qualquer ato a fim de ensinar, aprender e socializar um conhecimento existente em uma determinada sociedade. A educação existe em lugares distintos, cada povo, sujeito e cultura, com diferentes práticas e modelos, participam do processo de produção das crenças e ideias que envolvem relações de poder.

Segundo Brandão (2007), antigamente, os saberes eram repassados pelas pessoas mais velhas da comunidade às pessoas mais novas. Tudo o que se aprendia era por meio das vivências em diversas situações de trocas com as pessoas mais próximas, e assim o saber aparecia em cada parte do dia e de forma simples, raramente existia um momento específico para a aprendizagem das crianças, e quando isso acontecia não era em um lugar formalizado com conteúdos para se aprender, era repassado o que fosse necessário para continuar a vida na comunidade.



Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 2007. p. 9).

Nos dias atuais, as “várias educações” podem acontecer de três maneiras: formal, não formal e informal. A educação institucionalizada, isto é, a escola em si, é caracterizada pelo saber formal, pela propagação de saberes através de conteúdos e metodologias específicas, seguindo por modelos de avaliação de aprendizagem. Libâneo (2005, p.31) apresenta a educação formal, caracterizando-a como aquela que “compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática”.

No que se refere à educação não formal e informal, e suas diferenciações, Gohn (1999) aborda que a primeira existe na intencionalidade de dados e sujeitos em criar ou buscar determinados objetivos. Já a informal decorre de processos espontâneos, carregado de valores e significações, como na educação familiar e no convívio com amigos.

A educação do homem existe por toda a parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisório onde isto pode acontecer (BRANDÃO, 2007. p. 47).

A educação não formal busca, com suas atividades específicas, complementar a formação tanto da criança como do adolescente e adulto, em diferentes tipos de atuação, sendo importante ao processo de formação do indivíduo, pois favorece a socialização, através do convívio em diferentes contextos e com pessoas distintas, auxiliando também no processo de ensino-aprendizagem, o qual acontece com a prática social, o compartilhamento das vivências, trabalhos coletivos, e saberes construídos.

Além disso, a educação não formal permite o diálogo e valoriza a importância do outro na constituição do sujeito, daí sua relevância capaz de incentivar e promover a transformação. Dado o caráter transformador, essa educação é considerada promotora de inclusão social, proporcionando, principalmente, o acesso aos direitos e cidadania, valorizando também as práticas culturais dos grupos.



Vale ressaltar que para Libâneo (2005, p.89) “uma modalidade educacional não deve ter supremacia sobre a outra, nem diminuir ou depreciar uma ou outra forma de educação”. Nesse sentido, o autor defende ser indispensável superar duas visões estreitas do sistema educativo: uma, que o reduz à escolarização, outra que quer sacrificar a escola ou minimizá-la em favor de formas alternativas de educação.

## **Educação e Violência contra a Mulher: conflitos e possibilidades**

Para se falar sobre a violência contra a mulher, por meio de um olhar educativo, é essencial ter em mente que a educação pode ocorrer em qualquer lugar, sendo o instrumento capaz de transformar realidades. Se tratando do âmbito educacional, é necessário que abordem juntamente os conceitos de gênero desde a formação docente ao nível de educação básica. É certo que o debate sobre a violência contra a mulher é complexo e por isso não pode ser isolado. Compreendê-lo como uma questão de gênero amplia as possibilidades de intervenção, conscientização, prevenção e combate contra a desigualdade.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1995, p. 8).

A violência contra a mulher está impregnada nas práticas culturais da sociedade, independentemente do nível de renda, escolaridade, religião ou raça. A determinação da violência diz respeito a um leque de fatores históricos, contextuais, estruturais, culturais e educacionais, possuindo vários tipos de manifestações e consequências que estão relacionados com a forma em que a mulher é violentada. Saffioti (2004) refere que a violência, no senso comum, é a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade sexual e integridade moral. Portanto, a violência contra a mulher, devido ao sistema de dominação patriarcal, é transmitida através das relações na sociedade.



Desmistificar os papéis sociais impostos para mulheres e homens, e compreender a importância da participação igualitária dos mesmos perante a sociedade, é essencial para minimizar os índices de violência contra a mulher. É necessário mudar a forma de tratar as mulheres nos seus diferentes modos de vida, de vestir, falar e se comportar. É interessante saber como a educação tem tratado esta temática que quase sempre esteve e está invisível nos debates educacionais.

Para Saffioti (1992, p.194), a cultura do patriarcado representa a “organização social de gênero, relativamente autônoma, convivendo, de maneira subordinada com a estrutura de classes sociais”. E, dessa forma, reafirma a superioridade do homem, defendendo a visão machista de que ele é o detentor do poder e a mulher detentora da obediência, se resumindo como um sistema de dominação e exploração, criado pela ideologia machista.

A própria sujeição, segundo Saffioti (2004), é um ato de violência contra as mulheres, assentada na vulnerabilidade de um sistema com poderes diferenciados para homens e mulheres. A violência contra a mulher nada mais é do que a imposição de (re)afirmar o “poder” masculino existente, de se fazer a vontade do outro por meio da força física e/ou psicológica, com pensamento machista reforçado historicamente por conceitos, atitudes e imposições.

Geralmente, as instituições de ensino, como a escola, acabam reproduzindo o sexismo existente na sociedade patriarcal e reforçando os preconceitos e privilégios de um sexo sobre o outro, colaborando para a reprodução da segregação entre os gêneros. Louro (2003, p. 81) aponta que “a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz”.

Não há um currículo educacional específico que retrate a questão do gênero, encontra-se referência a esse assunto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como um tema transversal que trata sobre a sexualidade, quase sempre não sendo trabalhado pelos educadores em sala de aula, haja vista que, assim como na educação básica, nos currículos das universidades também não há estas temáticas em pauta, ficando limitado, por vezes, em um currículo inflexível.

As questões de gênero na legislação educacional brasileira (...) permanecem no discurso geral sobre direitos e valores, o que pode contribuir para que o tema permaneça velado no cotidiano da escola,



não se tornando tema de discussão e reflexão na elaboração do projeto político pedagógico da escola. Pode também não ser considerado na formação de professores/as nas formações continuadas, ou mesmo nos cursos de formação de professores/as nas instituições de educação superior (GROSZ, 2008, p.25).

Contudo, mesmo a escola reproduzindo ações sexistas e discriminatórias, não se pode atribuir a culpa unicamente ao educador. Estudos apontam que os profissionais da educação não são preparados para trabalhar as questões de gênero e sexualidade, como abordam Felipe e Guizzo (2004) sobre a formação dos professores, os quais não tiveram formação adequada para tratar a temática em questão, principalmente, naquelas que envolvem as diferenças individuais. Além disso, estes comportamentos preconceituosos continuam enraizados em nossa cultura devido à naturalização e, conseqüentemente, refletidos na práxis educativa.

A educação, a médio e longo prazo, constitui o meio mais eficaz de combate à violência contra a mulher. Promover esses debates nas escolas de educação básica é estimular a sociedade à reflexão, e combater esse tipo de crime que, por vezes, tem sido silenciado e esquecido, causando o aumento dos altos índices de crimes cometidos contra as mulheres.

A banalização da violência contra a mulher, juntamente à suas conseqüências, como depressão, exclusão social e até mesmo a morte, revela que é imprescindível fazer algo para proporcionar resultados futuros, haja vista que as soluções jurídicas imediatas não estão surtindo os efeitos esperados e, por vezes, a violência tem fins trágicos. É a partir disso que a Educação se faz presente, como um meio futuro de prevenção, conscientização e combate a esse problema social.

Pela educação pode-se combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Contudo, ao mesmo tempo em que não se aceita que permaneça a atual situação, em que a escola é cúmplice, ainda que só por omissão, não se pode esquecer que esses problemas não são essencialmente do âmbito comportamental, individual, mas das relações sociais, e como elas têm história e permanência. O que se coloca, portanto, é o desafio de a escola se constituir um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsabilmente perante elas (PCN, 2008. p. 39-40).



No entanto, a educação não se faz presente apenas nos ambientes escolares. Ela também está nos centros comunitários e nos hospitais, dialogando com essas mulheres que, por vezes, só querem ser ouvidas; nas delegacias, realizando o acolhimento às vítimas que, na maioria das vezes, chegam desmotivadas por não aguentarem mais a situação de violência e, nem ao menos, sabem os seus direitos; nas casas abrigos e nos centros de referências, onde as mulheres recebem apoio jurídico, psicossocial e educacional da equipe multidisciplinar que a Lei Maria da Penha (2006) garante juntamente a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

O papel assumido pela educação frente às questões de gênero surge para perspectiva de uma inclusão igualitária, assim como, para um debate mais amplo e de grande relevância social que é o combate à violência contra a mulher, que, por vezes, é de pouco entendimento entre os educadores e educadoras.

Para educadores e educadoras estes questionamentos se constituem em um desafio constante, pois eles passam a não mais contar com referências seguras e direções claras parecendo que todas as certezas que os/as professores/as tinham até então são agora substituídas por muitas dúvidas (GROSZ, 2008, p.27).

Como vimos, são várias as possibilidades de intervenção no que tange a área educacional. Podemos iniciar desmistificando os estereótipos de gênero e de papéis sociais, impostos desde a educação infantil, isto é, no tratamento e na divisão de trabalhos em sala de aula; nas séries do Ensino Fundamental, incluindo a intervenção igualitária de meninos e meninas; no Ensino Médio, por meio de textos, pesquisa, eventos; e no Ensino Superior, reformulando o currículo dos cursos, para que se iniciem, obrigatoriamente, a discussão de gênero e violência, incentivar eventos juntos aos discentes e também no meio profissional, dialogando sobre as identidades de gênero que afetam o cotidiano das pessoas e incluindo maior número de profissionais da área educacional nas redes de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Onde houver interação entre pessoas, a educação pode estar presente.

Os pensamentos sexistas estão tão arraigados na cultura da sociedade brasileira que, por vezes, torna-se inviável e passa a ser um assunto de menor importância. Daí a relevância dos estudos de gênero,





pois permitem a compreensão da dominação masculina, do patriarcado e, por conseguinte da violência contra a mulher, uma vez que é a forma do sexo masculino fazer valer a sua “superioridade” sobre o sexo feminino.

Os conflitos para combater a violência doméstica contra a mulher são grandes, a começar pelo maior interesse dos próprios profissionais da educação em trabalhar essa temática nos cursos de formação, que já iria viabilizar o assunto, pois são raras as discussões, talvez pela dificuldade em refletir não apenas sobre as desigualdades de gêneros, mas também, por seus conceitos e significados.

Nesse sentido, a ausência dos estudos de gênero e violência no currículo e na formação de educadores interfere nas práticas cotidianas tanto nas escolas, como em ambientes não escolares, contribuindo para a persistência de valores e práticas que reafirmam as desigualdades entre homens e mulheres, prejudicando toda e qualquer prática pedagógica que se possa efetuar.

Faz-se necessário a criação e aplicabilidade de políticas públicas e iniciativas educacionais para qualificar os educadores e promover debates acerca dessa temática dentro e fora da sala de aula, a fim de sensibilizá-los para o combate a violência doméstica, evidenciando que este tema não deve ter importância apenas no âmbito judicial, mas, sobretudo no educacional. É para essa desconstrução social que a educação deve chamar a atenção, alertando para as possíveis consequências, ensinando como fazer uma intervenção e dialogando para que tais ensinamentos perpassem o momento e sejam levados para a vida em sociedade.

A violência contra a mulher é produzida e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres. Saffioti (2005) define violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas, com a finalidade de explorar, oprimir e, principalmente, dominar.

Buchele; Clímaco e Lima (2008, p. 72) revelam que “a violência contra a mulher transcende todos os setores da sociedade, independentemente de sua classe, raça ou grupo étnico, níveis de salário, cultura, nível educacional, idade ou religião”. Por isso, é pertinente desconstruir o senso comum, que tem o fator econômico como determinante para que ocorra violência ou para que a vítima não denuncie.



## **A Educação no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM)**

Em 2007, foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, com o objetivo de integrar as políticas públicas de enfrentamento às violências contra mulheres em todo o território nacional, como prevê a Lei 11.340/2006, vulgo Lei Maria da Penha.

Os Centros de Referências são espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, educacional, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência. O CRAM proporciona o atendimento e o acolhimento necessário à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania.

Nessa perspectiva, os Centros devem exercer o papel de articuladores das instituições e serviços governamentais e não governamentais, que integram a Rede de Atendimento, como as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), o Instituto Médico Legal (IML), a Procuradoria Jurídica e outras, com o acesso facilitado a esses serviços para mulheres em situação de vulnerabilidade, em função de qualquer tipo de violência, ocorrido por sua condição de mulher.

Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. (BRASIL, NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO, 2006. p. 11).

A criação dos CRAMs se deu a partir da Convenção de Belém do Pará (1994), na qual, o Brasil assumiu o compromisso perante a Secretaria de Políticas para Mulheres, de desenvolver ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, bem como o atendimento às mulheres em situação de violência. Segundo a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referências (2006, p. 11), estas ações estariam pautadas em:



Apoio técnico e financeiro a projetos educativos e culturais de prevenção, a serviços especializados no atendimento, promovendo ou apoiando eventos de capacitação de pessoas atuantes na prevenção e atendimento, articulando e promovendo a participação dos poderes públicos para a constituição das redes de cidadania envolvendo, principalmente, os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação, com fins de ampliar o efetivo acesso de mulheres às políticas públicas setoriais e aos serviços de Justiça e Segurança Pública.

A Norma Técnica de Uniformização fundamenta-se na universalização do regulamento para melhor funcionamento e articulação dessa rede de serviço. O objetivo primário da intervenção do CRAM está na interrupção da situação de violência vivenciada pela mulher atendida, sem ferir o seu direito à autodeterminação, estimulando meios para que ela fortaleça sua autoestima e tome decisões relativas à sua condição. Ressalta-se que o foco da intervenção do Centro de Referência deve ser o de prevenir futuros atos de agressão e motivar a interrupção do ciclo de violência. Os serviços prestados pelos Centros de Referência devem seguir princípios de intervenção listados a seguir pela Norma Técnica de Uniformização (2006, p. 16-17):

Atender as necessidades da mulher em situação de violência; Defesa dos Direitos das Mulheres e Responsabilização do agressor e dos serviços; Reconhecimento da Diversidade de Mulheres; Diagnosticar o contexto onde o episódio de violência se insere; Evitar ações de intervenção que possam causar maior risco à mulher em situação de violência; Articulação com demais profissionais dos serviços da Rede, Gestão Democrática; Envolvimento de mulheres no monitoramento das ações.

Por compreender a importância do Centro de Referência no enfrentamento à violência contra a mulher e por ser a única rede de serviço encontrada na Região Metropolitana de Belém, esta pesquisa teve como *locus* o CRAM-Ananindeua, localizado no município de Ananindeua, Pará.

Pautado na Lei 11.340, no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referências, o CRAM- Ananindeua (2015) tem como objetivos:

Realizar ações de cunho preventivo, promovendo o debate e a reflexão sobre a condição da mulher a partir da perspectiva de gênero (construção social dos sujeitos); Identificar as demandas da mulher



em situação de violência; Articular os serviços da rede de atendimento, em especial nas áreas da saúde, educação, assistência social, segurança pública e justiça; Orientar sobre os direitos das mulheres contribuindo para o seu empoderamento; Possibilitar o diagnóstico sobre a situação da violência no Estado.

Conforme mencionado, foi realizada entrevista com a Pedagoga do CRAM. Segundo a mesma, o Centro faz parte do fórum de enfrentamento à violência contra a mulher, no qual não é só o Centro que participa, mas toda a rede de serviço, tanto do município como da grande Belém; e como é referência nos atendimentos, o CRAM possui grande relevância no acompanhamento às mulheres tanto psicossocial como educativo.

Este Centro trabalha a desconstrução da banalização da violência contra a mulher, a informação dos direitos das mulheres, bem como, dos locais onde recorrer em casos de violência. O CRAM também proporciona condições de empoderamento para que possam reconstruir a vida a partir da libertação do ciclo de violência.

O processo educativo no Centro ocorre de diferentes maneiras: atendimento educacional com as assistidas, por meio de palestras com temas geradores; atendimento com os filhos dessas mulheres; e a própria capacitação continuada com toda a equipe, como participação de eventos, seminários e até mesmo leituras de textos.

Sempre estamos participando de congressos, seminários, encontros, realizados por nós e pela rede de serviço entendeu? [...] mas a nossa agenda infelizmente, não tenho condições de sair três dias nesse momento daqui, entendeu? Devido as outra demandas que a gente tem, mas assim, mensalmente a gente tá participando de capacitações continuadas [*sic*] (R.V, 2015).

Eu não vou te dizer que seja uma coisa assim semanal, mas pelo menos uma vez no mês a gente trás textos reflexivos. Entendeu? Pra fazer a leitura, pra refletir, pra trabalhar em cima, o que a gente pode trazer por exemplo, um texto de Paulo Freire, um texto do Roberto Shiachica. Entendeu? O que que a gente pode trazer, o que que esse texto, a essência desse texto trás de bom que eu possa trabalhar com essas mulheres. Entendeu? A gente faz essa reflexão, porque senão, a gente também precisa é abstrair um pouco, porque não é fácil a temática [*sic*] (R.V, 2015).



No CRAM é priorizado o trabalho humanizado, então toda e qualquer atividade com fins educativos aborda a humanização e a empatia, conforme trecho a seguir: “(...) a gente já trabalha com uma vulnerabilidade grave se a gente chegar e ainda for tratar mal essa pessoa que tá passando por uma situação tão difícil ela não volta mais” [sic] (R.V, 2015).

Freire afirma que ao contrário dos animais que são “seres em si mesmos”, os seres humanos são “seres para si” e que são desumanizados quando submetidos a processos que o tornem em “seres para o outro” (FREIRE, 1969. p. 127). Em relação à desumanização e a humanização afirma-se que:

Para que seja vencida a situação de desumanização dos seres humanos torna-se necessário um processo de educação dos mesmos de tal forma que eles possam tomar consciência de sua condição de seres desumanizados e partirem na busca de sua humanização. Nesse sentido, apresenta-se o processo de Conscientização e Diálogo através do qual os seres humanos poderão tornar-se sujeitos no processo educativo, bem como na construção de sua humanidade (MELO; NOGUEIRA, 2011. p. 2).

Em novembro, por causa dos 16 dias de ativismo, foi organizada uma programação especial para as atendidas. Realizou-se um passeio cultural pelos pontos turísticos de Belém, com direito a van disponibilizada pela Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres, levando-as de um ponto a outro, e também gratuidade e visita monitorada nos espaços, conforme relato abaixo:

Agora pra novembro, nós temos os dezesseis dias de ativismo que é a luta mundial pela não violência contra a mulher, então nós estamos programando um passeio cultural, onde eu já intermediei né pros centros, pros pontos turísticos de Belém né, Mangal, Casa das Onze Janelas, Museu de Arte Sacra, tentar viabilizar a gratuidade né, visita monitorada [sic] (R.V, 2015).

Está em construção, no Centro, um projeto educativo voltado para a comunidade atendida ou não, com cinema temático, no qual cada sessão será relacionada com uma temática envolvendo a questão da violência de gênero, discriminação e questões que envolvam a mulher. O projeto ainda está em fase de organização, mas segundo a pedagoga, espera coloca-lo em prática, pois ela acredita que os vídeos são uma importante ferramenta para o aprendizado e para promoção de reflexão.



A educação com as crianças atendidas se estrutura a partir de diálogos e atividades que envolvem o lúdico. A pedagoga montou uma brinquedoteca para realizar o atendimento dessas crianças de forma que não parecesse formal. As atividades são: desenhos livres, pinturas, leituras de histórias, minicinema, com vídeos apropriados para cada faixa etária, brinquedos que envolvam a concentração e outros.

Dou papel em branco pra eles fazerem desenhos livres e pra perceber também através do desenho qual o grau de violência que essa criança sofre nesse lar em conflito, então ali eles mostram né, aí a gente conversa com a criança, pergunta é no caso, se foi pai ou padrasto, como é a relação dele com esse pai, com esse padrasto, aí a criança fala, a criança é espontânea (R.V, 2015).

Durante a entrevista a pedagoga sempre falava com muita convicção e entusiasmo da relevância da educação e da informação para combater a questão da violência de gênero. Dentre suas falas, destacam-se duas:

Eu acho que o essencial é a educação mesmo, o reconhecimento de direitos e deveres, né? Do ser humano tanto do homem quanto da mulher. Violência de gênero a gente não pode negar, homem e mulher, por mais que eles sejam fortes, o homem sempre vai ter mais força que a mulher fisicamente isso é inegável, mas que a construção da educação é um fator fundamental pra que as pessoas, pra que a sociedade absorva os seus direitos e deveres pra uma sociedade justa e igualitária para todo mundo, tanto na questão monetária, ainda hoje existe profissionais que atuam na mesma área, mulher ganha “x” homem ganha “2x” né, então assim, eu acho que só a educação pra mudar, principalmente a questão da violência, principalmente (R.V, 2015).

Eu acho que os currículos tem que mudar também, a questão da grade curricular, porque trabalhar as escolas, desde a infância a questão da violência, a violência como um todo, mostrar pras crianças que pode ser mudado, que a gente pode viver numa sociedade diferente, falta muito ainda, falta muito porque a gente vê muitos tipos de violências, preconceito né, a questão do preconceito do homem, isso tem que acabar [*sic*] (R.V, 2015).

A educação não formal, por ter um caráter transformador, é considerada promotora de inclusão social, incrementando, principalmente, o acesso aos direitos e cidadania, permitindo o diálogo,



valorizando a importância do outro na constituição do sujeito. Daí a necessidade do olhar educativo no Centro de Referência e em todas as redes de enfrentamento à violência contra a mulher, sendo capaz de incentivar a transformação.

## **À Guisa de Conclusão...**

Dados revelam que a violência contra a mulher possui como cenário mais comum os lares, e como vítima as companheiras e os filhos, por isso, o trabalho do CRAM-Ananindeua é imprescindível, pois atende as mulheres e crianças vítimas da violência. O CRAM desenvolve ações educativas a fim de enfrentar a violência contra a mulher, partindo do cuidado às vítimas, para que não ocorram outras agressões, bem como, a atuação da pedagoga nesse espaço, refletindo novas formas de prevenir e intervir, de maneira educativa com esses sujeitos sociais.

Acredita-se que investir em políticas públicas, nas diversas áreas, tem sido um fator de grande atenção, além de ações que objetivam erradicar as desigualdades de gênero. De modo geral, as políticas públicas devem ser permanentes, coerentes e articuladas entre si e com as diferentes esferas de governo, considerando as demandas da sociedade e dos recursos necessários para a viabilidade das mesmas.

O CRAM visa o empoderamento das mulheres em situação de violência, a desnaturalização da violência perante mulheres e filhos, a integração da mulher como sujeito de direitos, possibilitando formas de melhoria de vida, a partir da articulação do Centro para empregos, moradias, consultas, faculdades, escolas e creches, propiciando à mulher qualificação profissional, visando à geração de emprego e renda.

As ações educativas no CRAM, tais como: atendimento educacional individual com as assistidas; atendimento grupal com a roda de conversa, utilizando palavras geradoras sobre o universo feminino; o projeto “cinema para a comunidade”, com a exibição de curtas e filmes sobre direitos das mulheres, violência, relacionamentos abusivos e machismo; entre outras, auxiliam na reflexão das mulheres para a percepção do ciclo de violência na qual estão inseridas, apresentando resultados positivos a partir de suas falas.

Além disso, o atendimento com os filhos proporciona a desconstrução da naturalização da violência, compreendendo que cada



faixa etária possui acompanhamento específico, a fim de reestabelecer alguns conceitos como: família, amor e respeito com o próximo.

Contudo, apenas a lei pela lei não garante o rompimento com o ciclo de violência. Dessa forma, é imprescindível apropriar-se e conscientizar-se, a partir de projetos e campanhas educativas, de combate e enfrentamento, tanto com a vítima quanto com o agressor e todos os envolvidos, como os filhos. Ressalta-se, ainda, que a educação constitui o elemento cardeal de qualquer programa de prevenção que venha a existir.

## Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (coleção primeiros passos)

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. **Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Presidência da República, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 2008. v.8

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília- DF. 2006

\_\_\_\_\_. Instituto Avon/Ipsos. **Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil**. 2011. Disponível em: <[http://cidadaniaemdestaque.blogspot.com.br/2011\\_08\\_01\\_archive.html](http://cidadaniaemdestaque.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html)> Acesso em: 17/04/2015

BUCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo; LIMA, Daniel. **Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher**. Saúde Soc. São Paulo. v 17. n. 2, p. 69-81, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, **Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres**, 2010. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>> Acesso em: 13/04/2015.





- FELIPE, J. Guizzo, B. S. (2004). “Entre batons, esmaltes e fantasias”. In: Meyer, D.; Soares, R. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre, Mediação, pp. 31-40.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M.G. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999.
- GROSZ, Dirce M. *Representações de gênero no cotidiano de professores e professoras*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2008.
- LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo, Cortez, 2005.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NOGUEIRA, Marlice de Oliveira; MELO, Ebenezer da Silva. *A Humanização do Ser Humano em Paulo Freire: a busca do “ser mais”*. *Revista Formação Docente – Belo Horizonte – vol. 3, n 1, dezembro 2011*.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. *Cadernos PAGU*. São Paulo, 2001. p. 115-136
- \_\_\_\_\_. *A realidade nua e crua. Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, 1<sup>a</sup> edição. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 9-38.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n<sup>o</sup> 2, jul/dez. 1995, p.71-99.



***Lana Claudia Macedo da SILVA***

*Professora Adjunta II da Universidade do Estado do Pará. Atualmente Diretora de Ensino da IES (2013/2017). Vice Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade, Educação e Gerações/GENSEG e Vice Líder do Núcleo de Investigação, Trilhas Investigativas e Práticas Sociais/NETRILHAS.*

***Ana Daniele Mendes CARRERA***

*Graduada em Pedagogia, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará.*

*Recebido em: 29/04/2017*

*Aprovado em: 08/06/2017*